doi: 10.21783/rei.v11i2.861

SUBMETIDO: 24 SET. 2024
ACEITO: 15 ABR. 2025

A MODERNIDADE LÍQUIDA:
DO PENSAMENTO BAUMANIANO À NECESSIDADE DE (RE)FUNDAÇÃO DO ESTADO NO SÉCULO XXI

LIQUID MODERNITY:
FROM BAUMANIAN THOUGHT TO THE NEED FOR (RE)FOUNDING THE STATE IN THE 21ST CENTURY

MODERNIDAD LÍQUIDA:
DEL PENSAMIENTO BAUMANIANO A LA NECESIDAD DE (RE)FUNDAR EL ESTADO EN EL SIGLO XXI

HELENO FLORINDO DA SILVA [1]

RESUMO: A partir do pensamento baumaniano acerca do que chamou de modernidade líquida, o presente estudo busca compreender, por meio de revisão de literatura, bem como de uma abordagem metodológica múltiplo-dialética, seja em Bauman, ou dele em diálogo com outros referenciais, como os tempos atuais (e suas principais características) marcam a necessidade, ainda que em pleno século XXI, de (re)discutirmos a necessária (re)fundação do Estado, tal e qual desenvolvido epistemologicamente pela racionalidade moderno-ocidental nos últimos séculos. Tal proposta se estrutura por meio do desenvolvimento de objetivos específicos, estampados em cada parte do texto. Os objetivos traçados, portanto, estão dispostos para análise não só dos aspectos gerais do referencial teórico baumaniano, como também, para discutir o motivo de sua escolha. Ou ainda, para debater a necessidade de repensar a epistemologia que marca a ascensão e afirmação histórica do moderno sistema-mundo, especialmente a partir do Estado nacional. Assim, o estudo tem como resultado pretendido, debater a crise estrutural do citado sistema-mundo, e apontar, ainda que brevemente, para possíveis alternativas que surgem à sua racionalidade moderna e globalizante.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade Líquida; Estado Nacional; Zigmunt Bauman; Capitalismo; Mercado.

[1] Doutor e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (CAPES 5). Professor EBTT (DIII/NI) de Direito do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais (Campus Muriaé/MG). Pesquisador Externo do Grupo de Pesquisa Estado Direito: Estudos Contemporâneos da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Pesquisador Externo do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais, do Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* da Faculdade de Direito de Vitória. Pós-Graduado em Direito Público e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Newton Paiva. Membro do Corpo Editorial da Revista Brasileira de Direito Constitucional Aplicado.

ABSTRACT: Based on Bauman's thinking about what he called liquid modernity, this study seeks to understand, through a literature review and a multiple-dialectical methodological approach, whether in Bauman or in dialogue with other references, how the current times (and their main characteristics) mark the need, even in the 21st century, to (re)discuss the necessary (re)foundation of the State, as it has been epistemologically developed by modern-Western rationality in recent centuries. This proposal is structured through the development of specific objectives, set out in each part of the text. The objectives outlined, therefore, are arranged for the analysis not only of the general aspects of Bauman's theoretical reference, but also to discuss the reason for its choice. Or even to debate the need to rethink the epistemology that marks the rise and historical affirmation of the modern world-system, especially from the national State. Thus, the study's intended result is to debate the structural crisis of the aforementioned world-system, and to point out, albeit briefly, possible alternatives that arise to its modern and globalizing rationality.

KEYWODS: Liquid Modernity; National State; Zigmunt Bauman; Capitalism; Market.

RESUMEN: A partir del pensamiento de Bauman sobre lo que llamó modernidad líquida, este estudio busca comprender, a través de una revisión bibliográfica, así como de un enfoque metodológico dialéctico múltiple, ya sea en Bauman, o en diálogo con otros referentes, cómo los tiempos actuales (y sus principales características) marcan la necesidad, incluso en pleno siglo XXI, de (re)discutir la necesaria (re)fundación del Estado, desarrollado epistemológicamente por la racionalidad. moderno-occidental en los últimos siglos. Esta propuesta se estructura a través del desarrollo de objetivos específicos, impresos en cada parte del texto. Los objetivos planteados, por tanto, están preparados para analizar no sólo los aspectos generales del marco teórico baumaniano, sino también para discutir el porqué de su elección. O incluso, debatir la necesidad de repensar la epistemología que marca el surgimiento y la afirmación histórica del sistema-mundo moderno, especialmente desde el Estado nacional. Así, el resultado que se pretende con el estudio es debatir la crisis estructural del mencionado sistema-mundo, y señalar, aunque sea brevemente, posibles alternativas que se plantean a su racionalidad moderna y globalizadora.

PALABRAS CLAVE: Modernidad Líquida; Estado Nacional; Zigmunt Bauman; Capitalismo; Mercado.

INTRODUÇÃO

A realidade em que a humanidade está imersa no século XXI, que aqui será debatida a partir da construção teórica de Zigmunt Bauman e de alguns de seus

CC BY

interlocutores, pode ser compreendida como efeito de uma crise de cariz epistemológico, em que o *modus vivendi*, decorrente da colonialidade moderno-ocidental, de onde o sistema-mundo em que o Estado nacional fora lapidado, aparenta estar em seu estágio final de desenvolvimento.

É partindo dessas premissas, que a presente pesquisa buscará compreender e analisar a necessidade de (re)fundar o Estado no século XXI, haja vista o fato de que aqui o identificamos como um momento histórico – a partir da compreensão baumaniana da modernidade líquida – único na história humana, talvez o mais singular e importante momento de ruptura paradigmática em que a humanidade já vivenciou.

Seja pelos desdobramentos, ainda desconhecidos, da Inteligência Artificial (I.A.) no cotidiano e na condução das relações humanas no dia a dia comunitário, seja pela insuficiência das estruturas burocráticas, inerentes ao modelo nacional do Estado de Direito, idealizado e estabelecido como instrumento de pacificação social, mas que vem se mostrando, cada vez mais longe das (ou ineficaz em atender) necessidades da vida em coletividade.

Daí então que tal possibilidade será discutida no presente estudo a partir de uma compreensão metodológica inerente ao múltiplo dialético[2], haja vista ser aquela que melhor nos proporcionará realizar o debate inerente às problematizações que são lançadas durante todo o trabalho.

É importante, contudo, que já se estabeleça ao menos alguns apontamentos sobre a referida perspectiva metodológica do múltiplo-dialética, a fim de se justificar o motivo de sua escolha como referencial metódico para a construção do presente texto.

Desse modo, é possível compreendermos a citada abordagem metodológica desde sua matriz grega, até a contemporaneidade, como aquele modelo de racionalidade capaz de possibilitar a existência de inúmeras realidades que, mesmo sendo diferentes entre si, convivem em harmonia dentro de uma mesma realidade político-social.

É o que nos possibilitará perceber a multiplicidade de existência e de modos de compreensão possíveis ao problema proposto, bem como a compreensão de que está tudo inter-relacionado, de que tudo o que existe está ligado a ponto de ser especial para a vida em harmonia.

É neste sentido que Krohling (2014) apontará para o fato de que desde sua formação mais incipiente, na Grécia antiga, a perspectiva do múltiplo-dialética ser um importante marco na ascensão e promoção do debate sobre quaisquer situações, possibilitando assim, não só o surgimento, mas a necessidade de sua realização prática, do que hoje chamamos de diferença ou, mais recentemente, de diversidade.

Ou seja, é da vida na *pólis* que na antiguidade grega, transformou a compreensão do *ser* e do *viver* naquele ambiente, fato que demonstra como os

[2] Em decorrência do espaço limitado de um artigo científico, para um aprofundamento acerca do método do Múltiplo Dialético, ver Krohling (2014, Cap. 4).

gregos, politicamente (a vida na *pólis*), já haviam deixado a mitologia como substrato epistemológico de sua racionalidade primeira, que é possível identificar as origens do que Krohling (2014) – e nós aqui – chama de múltiplo-dialético.

É na realidade da *pólis* grega antiga que as praças públicas (ágoras) passam a se tornar o principal espaço e mecanismo de exercício do poder político (governança da vida na *pólis*), de modo que nos debates públicos (ainda que não abertos para todos os habitantes da cidade), não mais seria possível fundamentar sua posição de cidadão da *pólis*, em questões puramente mitológicas, de descendências ou ascendência monárquicas, ou ainda, de suas origens naturais ou divinais, pois em ágora, tudo é debatido.

Há nesse contexto, um sentido de reconhecer àqueles que têm o direito de participar dos debates públicos, ou seja, de adentrar ao espaço da ágora, uma certa igualdade, haja vista nessa realidade (que hoje se sabe, ter perdurado pouco tempo no contexto grego, especialmente, no ateniense), não existir a redução epistemológica do debate que é inerente ao contexto político monárquico.

Tudo passava, portanto, a ser possível de debate, não existindo, verdades absolutas, fato que nos ajuda marcar, como um de seus principais fundamentos, o que aqui chamamos de abordagem metodológica múltiplo-dialética[3].

Sendo assim, o estudo aqui desenvolvido possui o intuito de analisar – enquanto objetivo geral que aqui se delineia em problema de pesquisa – como os tempos atuais (e suas principais características) marcam a necessidade, ainda que em pleno século XXI, de discutirmos a necessária (re)fundação do Estado, tal e qual desenvolvido epistemologicamente pela racionalidade moderno-ocidental nos últimos séculos.

Para tanto, na primeira parte da pesquisa, será discutido o referencial teórico proposto à análise, bem como se exporá os motivos pelos quais se deu a opção por tal referencial, o que nos possibilitará iniciar a construção da racionalidade sobre a qual, dialeticamente, serão debatidos os fundamentos para análise ao problema de pesquisa proposto.

Já num segundo momento, em diálogo com outros referenciais, sobretudo, com aqueles que por afinidade epistêmica conseguem dialogar com o pensamento baumaniano, buscou-se um aprofundamento no modo como Bauman discute a contemporaneidade, como racionalidade capaz de demarcar a necessidade de (re)fundação do Estado no século XXI.

Por fim, na terceira e última parte, a proposta aqui delineada, analisa-se a busca (necessária) por uma (re)fundação epistemológica das bases estruturais sob as quais se assentou, nos últimos séculos, o moderno sistema-mundo de onde emergiu o ainda prevalente modelo de Estado nacional, especialmente, a partir de sua intrincada relação com capitalismo e suas premissas liberais fundamentais, que

[3] Acerca do método do Múltiplo-Dialético tal como descrito em suas origens epistemológicas, ver Krohling (2014, p. 23-24).

marcam o atendimento às necessidade do mercado como principal objetivo do Estado nacional contemporâneo.

2. ASPECTOS GERAIS DO REFERENCIAL TEÓRICO E DA ESCOLHA PELO PENSAMENTO DE ZIGMUNT BAUMAN

Para iniciarmos o debate proposto, é necessário apontar a direção a ser traçada durante tal empreitada, a ponto de estabelecer o presente, ou seja, o momento em que estamos inseridos, como aquele a partir do qual, repensar as bases epistemológicas sob as quais o Estado nacional se assentou ao longo dos últimos séculos, é importante e faz sentido.

Tal contextualização se dá para que observemos como – e se – referida estrutura racional inerente ao modelo estatal posto (fruto de desdobramentos ínsitos ao modo de ser eurocêntrico) sobreviverá ao século XXI, ainda que seja como mero *cão de guarda do Império* (Hardt; Negri, 2010), ou como instrumento de exercício decolonial do poder.

Desde já se faz importante destacar que, será da relação do Estado nacional com o aquilo que os supracitados autores chamam de Império, que identificamos a possibilidade de extrair, a partir de então, a compreensão do cenário atual como um *locus* de transição paradigmática, pois "[...] os Estados-nação eram os atores principais da moderna organização imperialista de produção e intercâmbio global, mas para o mercado mundial eles parecem cada vez mais meros obstáculos" (Hardt; Negri, 2010, p. 169).

É desse cenário em que toda uma estrutura mercadológica, globalizada a partir dos auspícios neoliberais das últimas décadas, responsável pela formação de uma realidade cada dia mais individualizada e fragmentária, que assim como Hardt e Negri (2010) buscou-se aqui, portanto, compreender a premissa racional que conduz as organizações transnacionais do mercado global – o que, segundo Bauman (2001), é um dos fatores de identificação de uma modernidade líquida.

Pois tal como debatido por Hardt e Negri, a cultura desenvolvida no âmbito dessas organizações também adota os preceitos do pensamento pós-moderno, ou seja, "as grandes corporações transnacionais que ficam escarranchadas em fronteiras nacionais e ligam o sistema global são, elas próprias, internamente muito mais diversas e fluidas do ponto de vista cultural do que as corporações paroquiais de anos passados" (2010, p. 171).

Assim, a liquidez, a fluidez, é marca presente nas corporações transnacionais que estruturam, globalmente, os tempos líquidos atuais, um fenômeno, portanto, que introduziu o cenário ao Estado nacional em que a vontade do povo tem sido – e cada vez mais é assim – relegada ao prazer dos intelectuais tecnocratas e economistas de plantão.

É aqui que Hobsbawm nos chama atenção para o fato de que a globalização ter sido obra, nas últimas décadas,

> [...] de governos que sistematicamente removeram todos os obstáculos que se lhe antepunham, seguindo os conselhos dos economistas mais influentes, autorizados e tecnicamente competentes. Depois de vinte anos sem prestar atenção nas consequências sociais e humanas de um capitalismo global incontido, o presidente do Banco Mundial chegou à conclusão de que, para a maior parte da população mundial, a palavra globalização sugere medo e insegurança em vez de oportunidade e inclusão (2007, p. 111).

Portanto, "o jogo da dominação na era da modernidade líquida não é mais jogado entre o maior e o menor, mas entre o mais rápido e o mais lento. Dominam os que são capazes de acelerar além da velocidade de seus opositores", haja vista o fato de que a colonialidade do poder pela elite global residir "[...] em sua capacidade de escapar aos compromissos locais, e a globalização se destina a evitar tais necessidades, a dividir tarefas e funções de modo a ocupar as autoridades locais, e somente elas, com o papel de guardiões da lei e da ordem (local)" (Bauman, 2001, p. 234).

Ademais, como alegoria a demarcar a crise sob a qual citada premissa epistêmica se encontra, corroborando assim, os apontamentos introdutórios aludidos, importantes também são as palavras de Camacho, ao destacar que

> [...] do fracasso da teoria do Estado moderno devemos avançar, não há que se destacar e abandonar as considerações e elementos teóricos, senão a trabalhar a partir dos desafios e exigências que nos impõe tanto a crise da teoria como do Estado, já que a crise é, por uma parte, o limite ou exaustão de uma forma e sua implementação, e, por outra, a oportunidade de modificar ou transformar a figura conceitual e os modos de funcionamento. [...]. E, não pode ser mais oportuno quando estamos assistindo a um curso global de incertezas e das formas econômicas, político-sociais e ecossistemas. Uma turbulência do sistema capitalista global (2010, p. 132-133 – *tradução nossa*).

A partir de então, partiremos da premissa que percebe os (e)feitos do capitalismo liberal – e, recentemente, neoliberal –, como um dos principais pilares que sustentam a estética colonial do poder dentro do *modus vivendi* do Estado nacional moderno, especialmente, no que tange a construção de uma sociedade contemporânea estruturada sob um ideal consumista.

De antemão, é preciso destacar que tal modelo produziu um cenário de ruptura entre o que é interesse político e o que é interesse econômico, a ponto de nos ser possível concluir face a tal ideal, do mesmo modo proposto por Santos, que

> [...] a separação entre político e econômico permitiu, por um lado, a naturalização da exploração econômica capitalista e, por outro, a neutralização do potencial revolucionário da política liberal, dois processos que convergiram para a consolidação do modelo capitalista das relações sociais. [...] é no campo das relações políticas, as relações na esfera pública, que as sociedades capitalistas mais inequivocamente representam o progresso civilizacional (2013, p. 154).

Um ideal, portanto, que produziu, ao ser globalizado, uma compreensão da felicidade humana atrelada àquilo que o sujeito possa ter[4], possa consumir, ou seja, uma realidade onde ser feliz, está intimamente conectado, com a capacidade do indivíduo de exercitar o *modus vivendi* do *homo consumens*, um modo de vida onde o existir em sociedade é organizado em torno do consumo, ao passo que, tal como proposto por Bauman,

> [...] ela é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e quereres voláteis – não mais por regulação normativa. [...] uma sociedade de consumidores se baseia na comparação universal – e o céu é o único limite. A ideia de luxo não faz muito sentido, pois a ideia é fazer dos luxos de hoje as necessidades de amanhã, e reduzir a distância entre o hoje e o amanhã ao mínimo – tirar a espera da vontade (2001, p. 99).

Para compreendermos todo esse cenário conflituoso decorrente dos influxos mercadológicos dos últimos três séculos – especialmente, do último século XX –, onde o capitalismo ganhou *status* constitucional e passou a conduzir o poder do Estado nacional a partir de seus interesses e, portanto, por meio de uma condução estruturada pela colonialidade do poder, é preciso lançar mão do referencial teórico que nos sustentará na análise pretendida.

Referida condução do Estado nacional – sobretudo em tempos líquido-modernos – por meio da imposição à sua atuação, dos interesses do mercado (capital) atual, pode ser melhor percebida em atitudes tomadas no âmbito estatal e que configuram a criação de melhores condições para o exercício das atividades comerciais dentro desse mesmo Estado, o que é feito por meio da utilização dos instrumentos jurídico-políticos inerentes as atividades estatais.

Ou seja, ao se usar o poder regulador estatal, que está à disposição do governo, em busca da desregulação, do desmantelamento e da destruição das leis e estatutos restritivos às empresas, "[...] de modo a dar credibilidade e poder de persuasão à

[4] Mesmo que seja em um singelo texto, escrito em forma de crônica, Frei Betto destaca sobre esse momento da humanidade, que "o mercado que tudo oferece em sedutoras embalagens, não é capaz de ofertar o que todos nós mais buscamos – a felicidade. Então, tenta nos incutir a ideia de que a felicidade resulta da soma dos prazeres. Possuir aquele carro, aquela casa, fazer aquela viagem, vestir aquela roupa [...]" (2014, p. 22).

promessa do governo de que seus poderes reguladores não serão utilizados para restringir as liberdades do capital" (Bauman, 2001, p. 189).

É possível identificar como objetivo geral desse estudo, portanto, uma análise, ainda que breve, das estruturas do Estado nacional, sobretudo quando realizada diante de um debate sobre o nosso tempo atual (modernidade líquida) em suas mais importantes características – a formação de uma sociedade globalizada e individualista – que relaciona a felicidade humana ao consumo de massa, onde o *ter* passa a ser fundamento do *ser*, bem como, as discussões que decorrem do direito à diversidade.

Ao discutir o tempo atual, portanto, especialmente a partir do que chamou de modernidade líquida, bem como seus reflexos para a vida contemporânea, Bauman destaca sobre a individualização presente nesse momento que "a sociedade moderna existe em sua atividade incessante de individualização, assim como as atividades dos indivíduos consistem na reformulação e renegociação diárias da rede de entrelaçamento chamada sociedade" (2001, p. 43), sendo assim, resumidamente, poderíamos compreender que

> [...] a individualização consiste em transformar a identidade humana de um dado em uma tarefa e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências (assim como dos efeitos colaterais) de sua realização. Em outras palavras, consiste no estabelecimento de uma autonomia *de jure* (independentemente de a autonomia *de facto* também ter sido estabelecida (Bauman, 2001, p. 44).

Desse modo, refletido acerca da referida centralização das relações humanas a partir dos movimentos e necessidades do mercado, especialmente, o mercado voltado para o consumo de massa, fruto de desdobramentos neoliberais de fragilização das estruturas econômico-sociais do Estado nacional face às interfaces globalizadas do mercado mundial, Alcoreza (2010) destaca, acerca da autonomia e da predominância de todo esse debate econômico na vida das pessoas em suas relações em sociedade, uma hipótese em que o consumo se torna a mola propulsora da alienação e coisificação mercadológica.

O que faz através, tal como debatido, de uma aproximação da felicidade humana com os padrões de consumo estabelecidos para tal, ou seja,

> o fenômeno da autonomização econômica é moderno, corresponde ao desenvolvimento do capitalismo, que tem convertido ao espaço econômico não só em autônomo senão, como predominante em face de outros espaços da vida social. A economia tem se expandido, tem se irradiado em todas as áreas, mercantilizando suas relações e suas atividades. Há um domínio quase absoluto da economia, ainda que isso se dê no sentido do fetichismo da mercadoria, ou seja, como alienação,

> como coisificação; se concebe as relações entre humanos como se fossem relações entre coisas (2010, p. 81 – *tradução nossa*).

A premissa epistemológico-racional escolhida para a condução dessa primeira etapa do estudo, portanto, está naquilo que Bauman[5] (2001) chamou de liquidez, ou seja, será a partir da obra e das discussões baumanianas que buscaremos os fundamentos para a compreensão e análise dos *sombrios* tempos (líquidos) atuais.

A partir do momento em que introduzirmos sua compreensão sobre a liquidez, passa a ser possível identificar e discutir a existência – ou não – de uma incompatibilidade do modelo de Estado nacional, estruturado por meio de uma estética moderno-ocidental, eurocêntrica e colonial (sólido), com a contemporaneidade, neoliberal, globalizada e consumista (líquido).

É importante destacar que, dentre muitos autores que discutem o tempo atual, a escolha por Zygmunt Bauman, além do caráter de afinidade com suas premissas teóricas, se deu por sua história pessoal, de sujeito histórico que vivenciou, de muito perto, muitas das principais agruras que nos trouxeram ao hoje.

Desse modo, desde os momentos decorrentes da 2ª Guerra Mundial em sua terra natal (Polônia), até seu amadurecimento intelectual – seja nos EUA ou em seu retorno a Europa – a história de Bauman nos demonstra que ele vivenciou, como destacado, muitas das principais transformações pelas quais a humanidade passou no século XX, estudando-as, buscando caminhos teóricos, epistemológicos, por meio de um olhar sociológico ou filosófico, de tudo aquilo que fez do século passado, um momento único da história humana.

Bauman, portanto, é alguém que aprendeu e tentou compreender, não só o que foram os mencionados eventos, mas, sobretudo, quais são os significados deles, bem como seus desdobramentos nas transformações de nossos tempos atuais, de modo que sua vida está refletida em sua obra.

Obra essa, diga-se de passagem, que é escrita de uma forma tão singela, acessível a qualquer um, seja um cientista (sociólogo, filósofo, jurista, etc.) ou alguém que está do lado de fora das linhas abissais que separam a ciência, em sua perspectiva moderna, de todos os demais habitantes desse – nas palavras de Bauman – líquido-mundo moderno.

Neste ponto, é importante ressaltar, a partir da distinção entre capitalismo pesado e sólido – de fundamentação fordista – e capitalismo leve e líquido, tal como estruturada acima, que o contexto líquido moderno atual – de fundamentação neoliberal e consumista pós-fordista –, se traduz em uma espécie de capitalismo leve, haja vista que

> O capitalismo leve, amigável com o consumidor, não aboliu as autoridades que ditam as leis, nem as tornou dispensáveis. Apenas deu

[5] Dentre outras obras baumanianas, trabalharemos aqui, especialmente, aquela parte em que citado autor discutirá sua visão sobre a liquidez dos tempos atuais.

> lugar e permitiu que coexistissem autoridades em número tão grande que nenhuma poderia se manter por muito tempo e menos ainda atingir a posição de exclusividade. [...]. Quando as autoridades são muitas, tendem a cancelar-se mutuamente, e a única autoridade efetiva na área é a que pode escolher entre elas. [...]. As autoridades não mais ordenam; elas se tornam agradáveis a quem escolhe; tentam e seduzem (Bauman, 2001, p. 83).

Sendo assim, delimitado o referencial teórico escolhido para fundamentar os debates aqui propostos, faz necessário a partir de então, desdobrar alguns aspectos do pensamento baumaniano, traçando, quando possível, diálogos com outros referenciais, sobretudo com aqueles que buscam, como Bauman, compreender e criticar o existir social, político, econômico e cultural de nossa contemporaneidade.

3. APROFUNDANDO O PENSAMENTO BAUMANIANO E ESTABELECENDO DIÁLOGOS EM BUSCA DE UMA ANÁLISE CRÍTICA A CONTEMPORANEIDADE

Antes de adentrarmos, efetivamente, nas premissas racionais baumanianas, sobretudo, acerca daquilo que entende por liquidez, relacionando-a aos tempos atuais, é preciso destacar e delimitar os motivos que nos levam a discutir os fundamentos do Estado nacional moderno em pleno século XXI, especialmente a partir das premissas epistemológicas baumanianas.

O momento de crise estrutural pelo qual estamos passando a partir da imposição de uma racionalidade econômico, social, política, jurídica e cultural, derivada dos interesses do mercado (frisa-se: de cariz neoliberal e globalizado; assentado no consumo de massa), nos permite concluir acerca desse momento de transição contemporâneo, portanto, que "a sociedade que entra no século XXI não é menos moderna que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente" (Bauman, 2001, p. 40).

Ou seja, vivenciamos *tempos líquidos* (Bauman, 2007), tempos em que a fluidez toma espaço do sólido, transformando as bases solidificadas das estruturas epistemológicas modernas, dentre as quais destaca-se, especialmente para o que aqui se propõe, o Estado nacional.

Ressalta-se assim, que citada transformação se dará, por exemplo, a partir do momento em que o sistema-mundo capitalista, estabelecido como materialidade dos interesses da classe burguesa, se globaliza e passa, a partir de um corte liberal – e, atualmente, *neo* e *ultraliberal* – a liquefazer as relações humanas em sociedade, pela inserção de um modelo político-econômico fincado no individualismo, que sustenta e estrutura a racionalidade do *modus vivendi* do *homo consumens*.

É diante dessas perspectivas que Bauman destacará duas diferenças básicas entre aquilo que identifica enquanto modernidade sólida e a modernidade líquida atual, quais sejam,

CC BY

> a primeira, é o colapso gradual e o rápido declínio da antiga ilusão moderna: da crença de que há um fim do caminho em que andamos, um *telos* alcançável na mudança histórica, um Estado de perfeição a ser atingido amanhã, no próximo ano ou no próximo milênio, algum tipo de sociedade boa, de sociedade justa e sem conflitos em todos ou alguns de seus aspectos postulados [...]. A segunda mudança é a desregulamentação e a privatização das tarefas e deveres modernizantes (2001, p. 41).

Ademais, não podemos esquecer que essa estrutura racional acabou provocando, agressivamente, uma patrimonialização da natureza, entendida como propriedade dos seres humanos, que dela podem usar, indistintamente e *sem se preocupar com o amanhã*.

Bem como, provocou também, como aludido acima, uma maior individualização das relações sociais, por onde o privado substituiu os valores públicos inerentes ao bem comum da coletividade, em face da condução – colonializada – do Estado nacional em nossos dias.

Acerca dessas premissas que são percebíveis em nossa atualidade, Bauman discutirá que "[...] o espaço público está cada vez mais vazio de questões públicas. Ele deixa de desempenhar sua antiga função de lugar de encontro e diálogo sobre problemas privados e questões públicas", desse modo, é possível retirar daí, o destaque que a perspectiva baumaniana dá ao fato de que "na ponta da corda que sofre as pressões individualizantes, os indivíduos estão sendo gradual, mas consistentemente, despidos da armadura protetora da cidadania e expropriados de suas capacidades e interesses de cidadãos" (Bauman, 2001, p. 55).

Desta feita, é possível concluir nesse ponto que nessas "[...] circunstâncias, a perspectiva de que o indivíduo *de jure* venha a se tornar algum dia indivíduo *de facto* (aquele que controla os recursos indispensáveis à genuína autodeterminação) parece cada vez mais remota", pois, conclui Bauman, "o indivíduo *de jure* não pode se tornar indivíduo *de facto* sem antes tornar-se cidadão" (2001, p. 55).

A crise dos tempos atuais é fruto, portanto, da fase líquida da modernidade (Bauman 2001; 2007; 2011a; 1998b), em que a solidez dos pilares sobre os quais se construiu parte do pensamento moderno, começa a se desintegrar com a fluidez inerente, por exemplo, a globalização e a toda complexa realidade (cultural, social e político-econômica daí decorrente).

Que, sobretudo, se deu face a um mercado de consumo centrado nos interesses, não mais de quem trabalha e produz, ou seja, dos anseios de *bem comum* da coletividade, mas, tão somente, daqueles que especulam, individualizadamente[6], no mercado financeiro global.

[6] Para o supracitado autor, "[...] agora, como antes – tanto no estágio leve e fluido da modernidade quanto no sólido e pesado –, a individualização é uma fatalidade, não uma escolha. Na terra da liberdade individual de escolher, a opção de escapar à individualização e de se recusar a participar do jogo da individualização está decididamente fora da jogada" (2001, p. 47), e isso é assim, pois,

Ao falarmos de globalização, é preciso destacar que nunca é fácil trabalhar com esse conceito, haja vista o fato de que se trata de um tema complexo de se definir, pois muitos de seus sentidos centram-se "[...] na nova economia mundial que emergiu nas últimas duas décadas como consequência da intensificação vertiginosa da transnacionalização da produção de bens e serviços e dos mercados financeiros [...]" (Bauman, 2005a, p. 20), sendo assim, aquilo que designamos aqui como globalização, portanto

> [...] são, de fato, conjuntos diferenciados de relações sociais; diferentes conjuntos de relações sociais dão origem a diferentes fenômenos de globalização. Nestes termos, não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existem, em vez disso, globalizações; em rigor, este termo só deveria ser usado no plural". Portanto, assim como proposto por Santos, compreendemos aqui que "a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição ou entidade rival (2005a, p. 20-21),

Globalização é vista, portanto, como meio de realização do padrão do poder mundial, um padrão que se iniciou com a constituição da América e da Europa a partir de 1492 e que atualmente tem produzido uma contínua aceleração e aprofundamento extremos das tendências capitalistas de "[...] polarização da população mundial entre uma minoria, cada vez mais reduzida, que controla o trabalho, a autoridade e a riqueza mundiais, e uma maioria crescente que é despojada de acesso ao controle de cada uma dessas instancias do poder" (Quijano, 2012, p. 4 – *tradução nossa*).

Trata-se aqui, de uma crise estrutural sobre os fundamentos próprios do pensamento moderno e, consequentemente, de seus aperfeiçoamentos, tais como a racionalidade por detrás da ascensão e afirmação do Estado nacional, pois tal como nos chama atenção o citado Quijano "o mundo hoje transita na beira de um perigoso caminho entre um padrão de poder que agora mostra suas mais violentas entranhas, e um novo horizonte histórico que pugna por sua plena construção", de modo que, a partir de então, podemos observar que tal crise,

> não é, por consequência, somente uma crise do capital nem somente do capitalismo – essa configuração historicamente excepcional na qual se associam todas as formas de exploração social, em torno da hegemonia do capital, e que se formou e existe, portanto, como um dos eixos

segundo Bauman, houve uma "[...] realocação do discurso ético/político do quadro da sociedade justa para o dos direitos humanos, isto é, voltando o foco daquele discurso ao direito de os indivíduos permanecerem diferentes e de escolherem à vontade seus próprios modelos de felicidade e de modo de vida adequado" (Bauman, 2001, p. 42).

> fundamentais mais importantes de tal padrão do poder – o que está nesse momento em crise, é todo um padrão de poder, e esse padrão de poder colocou em jogo, ademais, a crise planetária da natureza (2010b, p. 4-5 – *tradução nossa*).

Desta feita, a privatização dos interesses coletivos – ou a individualização do bem comum coletivo – também é discutida por Bauman ao destacar que o público vem sendo, cada dia mais, colonizado pelo privado, a ponto do interesse público ser reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas.

Um tipo de curiosidade inerente, por exemplo, aos programas televisivos que se estruturam em divulgar o modo de vida de pessoas dentro de um dado local, ou até da vida social de figuras públicas, o que produz a redução da arte da vida pública à exposição pública das questões privadas e as confissões de sentimentos privados que, quanto mais íntimos, melhor (Bauman, 2001, p. 51).

É assim que o citado autor chega à conclusão de que em tempos líquido-modernos, tais como o nosso, o que de mais útil esperamos e desejamos do poder público, é que ele se coloque como um observador dos direitos humanos, permitindo assim, que cada um de nós siga seu próprio caminho.

Bem como que permita à todos realizá-lo em paz, ou seja, nos protegendo e garantindo nossa segurança – de nossos corpos e nossas posses – "[...] trancando criminosos reais ou potenciais nas prisões e mantendo as ruas livres de assaltantes, pervertidos, pedintes e todo tipo de estranhos constrangedores e maus" (Bauman, 2001, p. 50).

Ressalta-se também, que a financeirização das relações humanas aludida acima, percebida a partir da imposição de um *modus vivendi* euro-norte-americano (estética moderna do *ser*), sobretudo, fruto da colonialidade do poder a partir do centro hegemônico da econômica mundial – EUA –, face ao contexto sul-latino-americano, bem como ao resto do mundo, ajuda a agravar a crise estrutural do Estado nacional nesse contexto político, social, cultural e econômico, já muito fragmentado pelas políticas neoliberais globalizadas das últimas décadas.

E isso é assim, ainda que tenha existido momentos de realização de políticas públicas de *bem-estar social* e distribuição de renda, tais como aquelas realizadas, por exemplo, com governos tidos como *de esquerda* – pois, teoricamente, romperiam com a lógica neoliberal *da direita* – como por exemplo, os governos dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil, não deixaram de lado a lógica financeira de drenagem de grande parcela das riquezas nacionais em prol de abastecer o referido sistema[7].

[7] Tal afirmação pode ser melhor compreendida por meio de reportagem que levanta, comparativamente, a lucratividade do sistema financeiro nacional, encabeçado pelos Bancos, durante os governos entendidos como "de direita", do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), e "de esquerda" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), onde existiu uma lucratividade 8x maior nos governos Lula, do que aquela apurada nos governos FHC. Para

Vivenciamos "uma época caótica e dividida e, portanto, estamos em termos coletivos, no meio de uma luta global sobre o tipo de sistema-mundo que queremos construir para substituir o sistema-mundo (em colapso) em que vivemos" (Wallerstein, 2007, p. 88), ou seja,

> O nosso é um tempo de cadeados, cercas de arame farpado, ronda dos bairros e vigilantes; e também de jornalistas e tabloides investigativos que pescam conspirações para povoar de fantasmas o espaço público funestamente vazio de atores, conspirações suficientemente ferozes para liberar boa parte dos medos e ódios reprimidos em nome de novas causas plausíveis para o pânico moral (Bauman, 2001, p. 53).

Cada vez mais estamos imersos em um momento de crise estrutural, não só do modelo político, econômico, social e cultural do capitalismo substanciado pelo consumo de massa, mas, como discutido, do próprio modelo de Estado nacional, consubstanciado pelos ideais burgueses desde suas primícias democrático-liberais do final do séc. XVIII.

Um modelo que ao ser estabelecido globalmente, por meio de uma estética colonial do poder, do centro às periferias, vem apresentando uma fadiga estrutural e final, ao passo que já nos é possível visualizar alternativas a ele que, surgidas nas últimas décadas, especialmente de contextos de plurinacionalidade, busca uma nova compreensão do sistema-mundo capaz não só de reformular o hoje, mas, especialmente, de inaugurar um novo amanhã às teorias do Estado.

Ressalta-se aqui, que segundo nos alerta Hobsbawm, ao discutirmos citadas alternativas, é preciso compreender que "a solução, ou a mitigação, desses problemas requererá – tem de requerer – medidas que, com quase toda a certeza, não encontrarão apoio na contagem de votos nem na determinação das preferências dos consumidores" (2007, p. 115).

Em plena crise estrutural da racionalidade que marca o *ser moderno*, especialmente no que tange ao sistema-mundo baseado nos interesses do mercado, é que a condição plurinacional (uma condição sustentada a partir do ideal do *ser plural*), adquirirá outra conotação, ao passo que se converte em verdadeira alternativa a construção de um mundo outro.

De um pensamento único, haja vista termos chegado aos limites do modelo de mundo baseado na racionalidade moderna e suas transformações e adaptações, estando situados, como nos alerta Alcoreza, "[...] em um lugar fronteiriço acerca das transformações, também das experiências, das sensações, assim como das formas de pensar, de significar e simbolizar o mundo" (2010, p. 85 – *tradução nossa*).

maiores e melhores esclarecimentos, ver matéria jornalística disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/bancos-lucraram-8-vezes-mais-no-governo-de-lula-do-que-no-de-fhc>. Acessado em 08 de Agosto de 2023.

Portanto, o modelo plurinacional, citado enquanto possível alternativa ao sistema-mundo hegemônico, é discutido aqui partir de premissas decoloniais, ou seja, a partir de uma perspectiva que lhe identifica, não como uma alternativa pronta e acabada, mas, diversamente, como o início de estruturação de uma ruptura paradigmática a partir da qual o modelo de Estado nacional se fragmentará.

De modo que o século XXI, poderá ser visto no futuro (ou sentido no presente), como o momento histórico que marca a transição de um modelo nacional, colonial, eurocêntrico e hegemônico do Estado moderno, para uma estrutura nova, provavelmente, voltada para interesses comunitários, locais, mas que só o tempo futuro nos dirá concretamente.

4. BAUMAN E A BUSCA (NECESSÁRIA?) POR UMA (RE)FUNDAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DAS BASES ESTRUTURAIS DO ESTADO NACIONAL

É desse cenário conturbado, introduzido aos tempos atuais, especialmente na realidade da grande maioria dos países sul-latino-americanos nas últimas décadas, através do estabelecimento de um modelo político-social centrado nos ideais capitalista-neoliberais, que se buscou, como visto, a compreensão da crise pela qual o Estado nacional está passando.

Crise essa que ocorre juntamente com – e de forma cíclica e em períodos cada vez mais curtos – o modelo de mercado estruturado no consumo de massa, o que se clarifica no fato de que "[...] o Estado não mais promete ou deseja agir como plenipotenciário da razão e mestre de obras da sociedade racional, [...]" (Bauman, 2001, p. 64).

Destacou-se também que todo o fundamento baumaniano acerca da liquidez dos tempos atuais, esses tempos que se mostram, cada vez mais, sombrios, decorrem de debates que promove sobre a centralização das relações humanas a partir da lógica racional do mercado, centrada no consumismo e de base neoliberal.

Daí ser possível extrair de seu pensamento a premissa racional a partir da qual identificará que o ideal liberal, introduzido ao Estado nacional pós-revoluções setecentistas, ter nascido de uma espera, por parte da classe dominante (burguesia) da época, dos perigos que a estrutura estatal nacional poderia representar ao espaço vivencial privado.

E isso, identifica Bauman (2001), foi assim, haja vista se perceber na figura de um Estado nacional e soberano, alguém que pudesse desferir *golpes*, invadindo e colonizando o privado, o subjetivo, o individual, inerente às relações humanas, um inimigo, portanto, a ser combatido.

Desta feita, uma das principais características do Estado nacional moderno, eurocêntrico, está no estabelecimento do capitalismo, centrado nos interesses do mercado burguês liberal, como parte integrante da estrutura estatal a ser mundializada.

CC BY

Tal cenário proporcionou que o Estado nacional, se transformasse em um instrumento (talvez o mais importante deles) de desenvolvimento e salvaguarda dos interesses capitalistas desde o século XIX, mas, sobretudo, no século XX, ou seja, de inimigo à liberdade do ser, a ser combatido por ele, a aliado e principal propagador da liberdade individual, marca sob a qual erigiu-se o liberalismo econômico e, mais recentemente, suas derivações político-econômicas mais radicais o *neo* e o *ultra*liberalismo (aqui aproximados inúmeros conceitos, como anarcocapitalismo, libertarianismo, paleoliberalismo, entre outras derivações).

Desse modo, ainda hoje – século XXI – estamos vivenciando um momento em que a globalização dessas premissas, reafirma a existência de uma colonialidade do poder, pois, tal como expõe Alcoreza, "os Estados-nação centrais, sobretudo os que estão na frente da seguridade das Nações Unidas, seguem impondo suas condições ao resto do mundo, sem importarem com o direito internacional e o direito das nações a autodeterminação" (2010, p. 79 – *tradução nossa*).

O Estado nacional tem sido identificado, portanto, como uma forma de organização da vida das pessoas em sociedade, uma forma de organização política, de modo que ao se estabelecer, desde a modernidade, sob tais premissas, é possível percebermos que essa macro instituição, uma forma de soberania, tem servido de instância para uma modelo de organização política de escala mundial.

E isso se dá uma vez que, tal como destacado por Alcoreza, "os Estados-nação se situaram como em uma pirâmide hierárquica distribuindo-se o controle mundial para os países centrais e um relativo controle local para os países periféricos" (2010, p. 84 – *tradução nossa*).

Pouquíssima atenção foi dada, neste sentido, nos últimos três séculos, "[...] aos perigos que se ocultava no estreitamento e esvaziamento do espaço público e à possibilidade da invasão inversa: a colonização da esfera pública pela privada" (Bauman, 2001, p. 68).

A ponto de produzirmos o momento líquido moderno atual, em que os interesses individuais e privados, assimilaram-se, pela lógica *mercadocêntrica* do capitalismo globalizado e neoliberal, às estruturas governamentais dos Estados nacionais contemporâneos, desviando-os de seus objetivos para com a coletividade – as promessas modernas (liberdade, igualdade e fraternidade), pois

> [...] o novo capitalismo selvagem, que aposta em políticas neoliberais e de globalização, recria grandes diferenças, quiçá abissais, entre pobres e ricos em todos os países e em todas as cidades. De alguma maneira a forma de Estado-nação ocultou essas diferenças, essas hierarquias, essas dominações polimorfas (Alcoreza, 2010, p. 84 – *tradução nossa*).

É desse cenário que Bauman concluirá que "dada à natureza das tarefas de hoje, os principais obstáculos que devem ser examinados urgentemente estão ligados às crescentes dificuldades de traduzir os problemas privados em questões públicas",

ou seja, "[...] de condensar problemas intrinsecamente privados em interesses públicos que são maiores que a soma de seus ingredientes individuais, de *recoletivizar* as utopias privatizadas da política-vida de tal modo que possam assumir novamente a forma das visões da sociedade boa e justa" (2001, p. 68-69)

Assim, é nítido que no último século da histórica humana, a relação entre o público e o privado caminhou a passos largos para a sobreposição do segundo face ao primeiro, de modo que as estruturas usadas para a afirmação do Estado – desde que as bases epistemológicas da modernidade começaram a ser fixadas através dos eventos do final do século XV – passaram por mutações significativas, a ponto do ideal nacional, por exemplo, que foi a premissa racional que permitiu a ascensão do Estado na modernidade, hoje poder ser colocada em análise.

Diante desse cenário, a realidade atual do Estado nacional nas últimas décadas – desde as finais do século XX e as primeiras do século XXI – está inserta num contexto em que os efeitos da modernidade líquida, introduzidos pelo modelo econômico-social neoliberal e capitalista, promovem uma aceleração extraordinária do processo de globalização (HOBSBAWM, 2007, p. 89) de valores que sobrepõem as necessidades individuais sobre as coletivas.

Acerca do citado processo de globalização, importantes também são as palavras de Santos sobre o que ele entende por globalização uma vez que para ele as implicações mais importantes desta definição podem ser compreendidas a partir de

> Em primeiro lugar perante as condições do sistema-mundo ocidental não existe globalização genuína; aquilo a que chamamos globalização é sempre a globalização bem-sucedida de determinado localismo. Em outras palavras, não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, uma imersão cultural específica. [...]. A segunda implicação é que a globalização pressupõe localização. De fato, vivemos tanto em um mundo de localização como de globalização (2001, p. 11).

Ademais, um dos principais e mais drásticos efeitos desse interim – além dos econômicos, ambientais e culturais – está no movimento e mobilização dos seres humanos, em grandes fluxos migratórios entre Estados nação periféricos e os do centro hegemônico do poder global, fato esse que nos demonstra, dentre outros aspectos, a necessidade de repensarmos as bases sob as quais os Estados nacionais se fundaram.

As construções e debates propostos por Hobsbawm (2007) ao analisar os fenômenos da globalização, do terrorismo e da democracia, e sua relação com a estrutura nacional a partir da qual o Estado moderno se afirmou mundialmente nos últimos cinco séculos, se revelam, diante das premissas debatidas, importantes para corroborar, ainda mais, a necessidade de repensar a racionalidade por detrás do sistema-mundo que ainda sustenta o modelo nacional de Estado moderno.

CC BY

Haja vista o fato de que para ele, o nacionalismo – um movimento de busca por uma identidade homogênea, ou seja, a identificação de uma nação sobre a qual fosse possível relacionar a existência da vida coletiva, ínsita à natureza humana, com um poder de organização desse meio – está se fragmentando.

Um tipo de fragmentação que, conforme o próprio Hobsbawm estabelece, na Europa, o local original do nacionalismo, "[...] as transformações da economia mundial estão desfazendo o que as guerras do século XX, com seus genocídios e transferências em massa de populações, pareciam produzir, ou seja, um mosaico de Estados nacionais etnicamente homogêneos" (2007, p. 90).

Esse grande movimento globalizante das premissas líquidas, leves, de um modelo social, político, econômico e, especialmente, cultural, cujos efeitos, como dito, descambaram para os atuais e graves problemas migratórios – e que já tomam conta de várias regiões do mundo, inclusive do contexto latino-americano – seja na migração rumo a melhores condições de vida, de sobrevivência, tais como as promovidas por haitianos e, mais recentemente, venezuelanos, seja por trabalho, emprego e perspectiva de crescimento econômico-social, que levam milhões, por exemplo, de mexicanos e brasileiros, a se arriscarem na travessia aos EUA.

Acerca dos fluxos migratórios que hoje nos ajudam a identificar e corroborar, como dito, dentre outros aspectos, a necessidade de repensarmos as bases sólidas sob as quais a identidade nacional, estruturou o Estado moderno, eurocêntrico, capitalista e, atualmente, *neo* e/ou *ultra*liberal, é importante destacarmos que não se tratam de algo atípico na história humana, pois, segundo Bauman, não são, de forma alguma, movimentos recentes, ao passo que

> [...] têm acompanhado a era moderna desde seus primórdios (embora com frequência mudando e por vezes revertendo a direção), já que nosso modo de vida moderno inclui a produção de pessoas redundantes (localmente inúteis, excessivas ou não empregáveis, em razão do progresso econômico; ou localmente intoleráveis, rejeitadas por agitações, conflitos e dissensões causados por transformações sociais/políticas e subsequentes lutas por poder) (2017a, p. 9).

É dessa realidade que concluirá Bauman, acerca de tais fluxos migratórios, que os "refugiados da bestialidade das guerras, dos despotismos e da brutalidade de uma existência vazia e sem perspectivas têm batido à porta de outras pessoas desde o início dos tempos modernos" (2017a, p. 13).

Ao considerarmos todas as perspectivas destacadas acima, tal como Bauman analisa, é provável que esse movimento continue por muito tempo, ou seja, "[...] é improvável que a migração em massa venha a se interromper, seja pela falta de estímulo, seja pela crescente engenhosidade das tentativas de sustá-la" (2017a, p. 10).

CC BY

De modo que a relação que foi estabelecida pelo Estado-nação moderno, em que cada povo compreenderia a existência de um Estado, uma nação, fruto de um processo econômico, social, político e, especialmente, cultural, de formação de uma identificação nacional, hoje já se encontra em franco descenso.

Um dos grandes problemas decorrentes desse cenário de enfrentamento entre os nacionais e os *estranhos que batem à porta* (Bauman, 2017a), está no fato de que essa realidade possibilita – como vem ocorrendo mundo a fora – o surgimento de práticas e movimentos políticos xenófobos[8], já identificados como um dos graves problemas do esfacelamento globalizante das premissas sólidas do nacionalismo moderno.

Essas práticas decorrem de uma duradoura tradição popular, inerente ao nacionalismo, de se fazer economicamente, dentre outros aspectos, hostil à imigração em massa e de resistência ao que se vê como ameaças à identidade cultural coletiva, ou seja,

> a força real da xenofobia é percebida no fato de que a ideologia do capitalismo globalizado dos mercados livres, que se implantou nos principais governos nacionais e instituições internacionais, fracassou redondamente no estabelecimento da livre movimentação internacional da força de trabalho, ao contrário do que ocorreu com o capital e o comércio (Hobsbawm, 2007, p. 92).

Desse modo, chegamos ao contexto em que ser nacional de um país se torna uma "[...] característica (a única viável?) que situa seus compatriotas na mesma categoria das pessoas boas, nobres, imaculadas e poderosas situadas no topo, simultaneamente situando-os acima de estrangeiros também miseráveis, [...]", reconhecidos como sem pátria (apátridas/heimatlos ou não), degredados, recém-chegados de terras distantes, selvagens, bárbaros, sem cultura ou culturalmente inferiores (Bauman, 2017a, p. 19).

Assim, se de um lado a migração em massa é, portanto, um dos graves – talvez, sob o aspecto dos laços humanos, o mais deletério – efeitos do contexto atual de nossos *tempos sombrios*, a resposta nacionalista aos efeitos desse cenário, talvez seja ainda mais grave e deletéria, pois se mostra por meio das ditas práticas xenófobas.

É o que nos ajuda a compreender a existência, nesse sentido, de uma crise de identidade nacional em concomitância com todo esse fluxo migratório de escala cada vez mais global, pois

[8] É o que pode ser visto em reportagem que destaca casos de xenofobia contra migrantes brasileiros em Portugal, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/11/brasileira-e-xingada-em-ataque-xenofobo-em-aeroporto-de-portugal-veja-video.shtml#:~:text=Uma%20brasileira%20de%2035%20anos,ir%20%22para%20sua%20terra%22>.

> [...] a xenofobia também reflete a crise de uma identidade nacional culturalmente definida no contexto dos Estados nacionais, nas condições de acesso universal à educação e à informação e em uma época em que a política das identidades coletivas exclusivas, sejam étnicas, religiosas ou de gênero e estilo de vida, busca expressamente a regeneração de uma [...] comunidade em uma [...] sociedade cada vez mais remota. O processo que transformou camponeses em franceses e imigrantes em cidadãos americanos está sendo revertido e dissolve as grandes identidades, como a do Estado nacional [...]" (Hobsbawm, 2007, p. 95).

Um dos aspectos mais relevantes para compreensão dessa crise *identitária* de nosso tempo, presente na relação que o sujeito mantém com o Estado nacional, está no fato de que, por exemplo, as forças armadas – *o exército nacional*, identificado como um dos mais importantes elementos agregadores da compreensão de nação e, portanto, usados pelo Estado nacional moderno para sua ascensão – já não carregam, como outrora, esse sentido, pois, conforme destaca Hobsbawm,

> se os Estados do século XXI agora preferem fazer suas guerras com exércitos profissionais, ou mesmo através da terceirização de serviços bélicos, não é apenas por razões técnicas, mas porque já não se pode confiar em que os cidadãos se deixem ser recrutados, aos milhões, para morrer no campo de batalha em nome dos seus países. Homens e mulheres podem estar preparados para morrer (mais provavelmente para matar) por dinheiro, ou por algo menor, ou por algo maior, mas, nos lugares onde se originou o conceito de nação, não mais pelo Estado nacional (2007, p. 96).

Ademais, além dos problemas inerentes a migração em massa decorrente da globalização de um modelo capitalista, centrado no consumismo, cujo espectro político está atrelado ao neoliberalismo, tal como destacado, a relação que as pessoas possuem com a política – entendida aqui, como o conjunto de meios de exercício do poder do Estado – também passa por problemas, ao passo que a democracia representativa (de corte liberal) escolhida na modernidade como o instrumento sobre o qual a civilização deveria conduzir o exercício do poder no âmbito dos Estados nacionais, também está em crise.

Essa crise é entendida quando observamos que "hoje nos defrontamos com um divórcio bastante óbvio dos cidadãos com relação à esfera da política" (Hobsbawm, 2007, p. 103), o que nos leva a refletir um questionamento: "se a eleição popular é o critério principal da democracia representativa, até que ponto se pode falar da legitimidade democrática de uma autoridade eleita pela terça parte do eleitorado potencial, [...]?" (Hobsbawm, 2007, p. 103).

CC BY

De modo que é preciso, ao refletir sobre esse cenário, buscar efetivar uma reanálise das premissas nacionais sob as quais o Estado nação se afirmou mundialmente como o modelo a ser seguido, haja vista que "[...] o povo (qualquer que seja o grupo humano definido como tal) é hoje a base e o ponto comum de referência de todos os governos nacionais, exceto os teocráticos", a ponto de que "nem as ditaduras logram sobreviver por muito tempo quando seus súditos perdem a disposição de aceitar o regime" (Hobsbawm, 2007, p. 102).

Refletindo também aspectos marcantes do citado modelo de democracia liberal-representativa, Betto chega à conclusão de que "a democracia ocidental continuará a ser uma falácia enquanto não criar condições para que todos tenham acesso aos bens essenciais a uma vida digna e feliz" (2014, p. 81), ou seja, enquanto imperar um cenário de miséria e marginalização, de colonialidade do poder, do saber, do *ser* em si, não existirá, plenamente, democracia.

Após lançadas as bases racionais baumanianas e estabelecido os diálogos possíveis com outros referenciais aqui discutidos, podemos ressaltar que é da busca pela felicidade, inerente a existência humana sob a Terra, que uma análise, por exemplo, do plurinacionalismo sul-latino-americano, bem como de uma compreensão mais aprofundada de suas premissas racionais fundantes, tais como a ideia de *buen vivir* (*sumak kawsay*), devem ser objetivadas, como caminho que se abre ao debate e análise crítico-reflexiva da materialidade do Estado nacional em tempos líquido-modernos.

O exemplo dado a partir do plurinacionalismo sul-latino-americano – cuja análise mais aprofundada se dará em outro momento – é compreendido aqui, ainda que inicialmente, como capaz de afirmar uma hipótese de ruptura – ainda que inicial, mas sem volta –, face as estruturas político-culturais sob as quais, historicamente, o Estado nacional moderno se afirmou e globalizou, especialmente, àquelas decorrentes da colonialidade do poder.

5. CONCLUSÃO

Acerca do cenário conturbado em que o *modus vivendi* líquido moderno dos *tempos atuais* (*sombrios*?) nos imergiu, ao discutir a necessidade de (re)fundação do moderno sistema-mundo que subjaz ao Estado nacional, é possível concluirmos, dentre múltiplas outras possibilidades de tal contexto civilizacional, acerca da necessidade de estabelecermos um debate permanente acerca da racionalidade sobre a qual se construiu, nos últimos séculos, o citado paradigma do Estado nacional.

Destaca-se que referida conclusão se dá em decorrência de que, em nossos tempos atuais, vivenciamos um cenário de distanciamento – que vem se agravando dia a dia – entre a esfera política e os cidadãos, que já não conseguem se ver presentes na condução do Estado moderno nacional, com a consequência de não se identificarem mais como os verdadeiros titulares de todo poder do Estado, tal como estabelecido e idealizado pela premissa nacionalista pós-revoluções burguesas.

Aqui vale ressaltar ainda – mesmo que não seja algo usual – as conclusões em que chega Bauman ao apontar que "nos tempos modernos, a nação era a outra face do Estado e a arma principal em sua luta pela soberania sobre o território e sua população", já "sob as novas condições, a nação tem pouco a ganhar com sua proximidade do Estado", haja vista o fato de que o "[...] Estado pode não esperar muito do potencial mobilizador da nação de que ele precisa cada vez menos, à medida que os massivos exércitos de conscritos, reunidos pelo frenesi patriótico febrilmente estimulado", vem sendo, cada vez mais, "substituídos pelas unidades *high-tech* elitistas, secas e profissionais", enquanto isso, "a riqueza do país é medida, não tanto pela qualidade, quantidade e moral de sua força de trabalho, quanto pela atração que o país exerce sobre as forças friamente mercenárias do capital global" (2001, p. 230).

Isso nos demonstra como o sistema-mundo moderno está, atualmente, mergulhado numa crise sistêmica, ou seja, estamos vivenciando provavelmente a "morte" do capitalismo enquanto sistema histórico da modernidade europeia, estabelecido, nos últimos séculos, como a racionalidade sobre a qual se erigiu e se globalizou o nacionalismo burocrático, jurídico e de matiz liberal, ao Estado.

É de todo esse cenário em que nos inserimos desde o século XX até os dias atuais, que podemos compreender a necessidade de buscar alternativas ao Estado nacional, estruturado – política, organizacional e economicamente – através, especialmente, dos movimentos constitucionalistas liberais revolucionários do século XVIII.

Portanto, a partir de Bauman e de seus interlocutores, tal como proposto e estabelecido no decorrer da presente pesquisa, foi possível compreender que a colonialidade do poder, do saber e do *ser* – globalizada por meio da premissa eurocêntrica, identificada e entendida como modelo civilizacional sobre o qual os Estados periféricos à Europa, deveriam ser construídos –, pelas angustias desencobertas no atual estágio político, social, econômico e cultural da humanidade, marcam a necessidade de (re)fundar epistemologicamente o Estado, ao passo que atualmente enfrentamos problemas virtualizados (líquidos) com um conjunto de ferramentas analógicas (sólidas – dentre as quais o Estado nacional), flagrantemente inadequadas para solucioná-los.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. por DENTZIEN, Plínio. Rio de Janeiro: Zahar, 2001;

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. por PENCHEL, Marcus. Rio de Janeiro: Zahar, 1999;

_____. **Capitalismo Parasitário: e outros temas contemporâneos**. Trad. por AGUIAR, Eliana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010a;

_____. **Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Trad. por MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro, 2008a;

_____. **O Mal Estar da Pós-Modernidade**. Trad. por GAMA, Mauro e OUTRA. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a;

_____. **Tempos Líquidos**. Trad. por MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Zahar, 2007;

_____. **A Cultura no Mundo Líquido Moderno**. Trad. por MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Zahar, 2013a;

_____. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Trad. por MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Zahar, 2004;

_____. **Medo Líquido**. Trad. por MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Zahar, 2008b;

_____. **Vida Líquida**. Trad. por MEDEIROS, Carlos Alberto. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009b;

_____. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Trad. por PEREIRA, Vera. Rio de Janeiro: Zahar, 2011a;

_____. **A Ética é Possível em um Mundo de Consumidores?**. Trad. por WERNECK, Alexandre. Rio de Janeiro: Zahar, 2011b;

_____. **A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Trad. por GRADEL, José. Rio de Janeiro: Zahar, 2008c;

_____. **Danos Colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Trad. por MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Zahar, 2013c;

_____. **Em Busca da Política**. trad. por PENCHEL, Marcus. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000;

BAUMAN, Zygmunt e LYON, David. **Vigilância Líquida**. Trad. por MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Zahar, 2013;

_____ e DESSAL, Gustavo. **O Retorno do Pêndulo: sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017;

_____ e BORDONI, Carlo. **Estado de Crise**. Trad. por AGUIAR, Renato. Rio de Janeiro: Zahar, 2016;

_____ e DONSKIS, Leonidas. **Cegueira Moral – a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Trad. por MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BETTO, Frei. **Reinventar a Vida**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CAMACHO, Oscar Vega. *Al Sur del Estado*. *In*.: LINERA, Álvaro García; ALCOREZA, Raúl Prada; TAPIA, Luis e CAMACHO, Oscar Veja. **El Estado. Campo de Lucha**. La Paz: Muela del Diablo Editores, 2010, p. 129-165.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 9ªed.. trad. por VARGAS, Berilo. Rio de Janeiro: Record, 2010.

HOBSBAWM, Eric J.. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. trad. por VIEGAS, José. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KROHLING, Aloísio. **Dialética e Direitos Humanos – múltiplo dialético: da Grécia à Contemporaneidade**. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

QUIJANO, Aníbal. *Entre la "Guerra Santa" y la "Cruzada"?*. *In*.: **POLIS – Revista Latinoamericana – descentramiento y nuevas miradas**. N. 3, nov. 2012, p. 1-17.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos**. *In*.: Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, jan/jun, 2001, p. 7-34.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O Universalismo Europeu – a retórica do poder**. Trad. por MEDINA, Beatriz. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Trad. por AGUIAR, Renato. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

CC BY